

Guilherme Fernandes Neto
Coordenador

Inquérito Civil e Ação Civil Pública

Autores

Alexandre Mota Brandão de Araújo

Eudóxio Cêspedes Paes

Guilherme Fernandes Neto

Kátia Sérvulo de Lima Rocha

© 2013 by Editora Atlas S.A.

Capa: Leonardo Hermano
Composição: Entexto – Diagramação de textos



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Inquérito civil e ação civil pública / Alexandre Mota Brandão de
Araújo... [et al.]; Guilherme Fernandes Neto, coordenador.
São Paulo: Atlas, 2013.

Outros autores: Eudócio Cêspedes Paes, Guilherme Fernandes Neto,
Kátia Sérvulo de Lima Rocha

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-7979-5

1. Ação civil – Brasil 2. Ação pública – Brasil 3. Inquérito
4. Processo civil – Brasil I. Araújo, Alexandre Mota Brandão de.
II. Paes, Eudócio Cêspedes. III. Fernandes Neto, Guilherme.
IV. Rocha, Kátia Sérvulo de Lima.

13-05107

CDU-347.922(81)

-347.921.5(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Ação civil pública: Processo civil 347.922(81)
2. Brasil: Inquérito civil: Processo civil 347.921.5(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

S15:984926

Sumário

Apresentação, xv

Guilherme Fernandes Neto, 1

1 Da tutela judicial e extrajudicial dos direitos metaindividuais, 3

Da principiologia da tutela coletiva, 3

1 Do princípio da eficiência, 3

2 Do princípio da máxima efetividade da tutela coletiva, 7

3 Do princípio da superioridade do interesse público, 8

2 Inquérito civil, 9

1 Esclarecimento preambular, 9

2 Conceito, 10

3 Périplo histórico, 12

4 Princípios fundamentais, 13

4.1 Princípio da publicidade dos atos, 13

4.2 Sigilo necessário à elucidação dos fatos, 15

4.3 Discricionariedade, 17

5 Dos atos praticados no inquérito civil, 18

- 6 Destino do inquérito civil, 19
 - 6.1 Ajuizamento da ação civil pública, 19
 - 6.2 Arquivamento, 21
 - 6.3 Celebração de compromisso de ajustamento de conduta, 24
- 7 Compromisso de ajustamento de conduta, 24
 - 7.1 Natureza jurídica, 24
 - 7.2 Do planejamento do TAC, de sua negociação e conclusão, 25
 - 7.2.1 Do planejamento do TAC, 25
 - 7.2.2 Da negociação do TAC, 25
 - 7.2.3 Da conclusão do TAC, 27
 - 7.3 Objeto do TAC, 28
 - 7.4 Da cláusula penal, 29
 - 7.5 Da fiança às obrigações do TAC, 30
- 3 Ação civil pública – o subsistema do processo civil coletivo, 32
 - 1 Conceito de ação civil pública, 32
 - 2 Objeto da ação civil pública, 33
 - 3 Ação civil pública passiva, 37

Bibliografia, 41

Eudócio Cêspedes Paes, 45

- 4 Aspectos processuais, 47
 - 1 Pressupostos processuais da ação civil pública, 47
 - 1.1 Jurisdição e competência, 47
 - 1.2 Litispendência, 50
 - 1.2.1 Ações civis públicas concomitantes, 51
 - 1.2.2 Trâmite simultâneo de ação civil pública e de ação popular, 53
 - 1.2.3 Trâmite simultâneo de ação civil pública e de ação individual, 53
 - 2 Condições da ação civil pública, 55
 - 2.1 Legitimação ativa na ação civil pública, 55
 - 2.1.1 Legitimidade do Ministério Público, 55
 - 2.1.2 Legitimidade da Defensoria Pública, 57

- 2.1.3 Legitimidade dos entes públicos da Administração Direta e Indireta, 62
- 2.1.4 Legitimidade das associações e sindicatos, 64
- 2.2 Interesse de agir, 69
- 2.3 Possibilidade jurídica do pedido, 71
- 3 Intervenção de terceiros, 73
 - 3.1 A (in)conveniência da admissão de particulares na ação civil pública, 73
 - 3.2 O litisconsórcio entre o Ministério Público da União e dos Estados, 74
 - 3.3 Da denúncia da lide e do chamamento ao processo na ação civil pública, 75
 - 3.4 Litisconsórcio passivo em ação civil pública, 75
- 4 Tutela coletiva de urgência e evidência, 76
 - 4.1 Tutela de urgência, 76
 - 4.2 Tutela de evidência, 77
 - 4.3 Limitações à tutela coletiva de urgência e de evidência, 78
- 5 Suspensão de liminar, de segurança e de tutela antecipada, 79
 - 5.1 Disciplina legal, 79
 - 5.2 Natureza jurídica, 81
 - 5.3 Legitimidade para propositura, 82
 - 5.4 Competência para apreciação, 82
 - 5.5 Pedido de suspensão de segurança coletivo, 84
 - 5.6 A suspensão de segurança em ação civil pública, 84
 - 5.7 Conflito entre o interesse da Administração e o interesse dos titulares de direitos metaindividuais, 85

Bibliografia, 87

Alexandre Mota Brandão de Araújo, 89

5 Sentença e coisa julgada na ação civil pública, 91

- 1 Interesses ou direitos tutelados na ação civil pública, 91
 - 1.1 Direitos ou interesses metaindividuais, 91
 - 1.2 Histórico dos direitos metaindividuais, 94

- 1.3 Espécies de direitos metaindividuais, 98
 - 1.3.1 Direitos difusos, 100
 - 1.3.2 Direitos coletivos *stricto sensu*, 104
 - 1.3.3 Direitos individuais homogêneos, 106
- 2 Sentença na ação civil pública, 107
 - 2.1 Considerações gerais, 107
 - 2.2 Garantia constitucional, 110
 - 2.3 Peculiaridades da sentença na ação civil pública, 111
 - 2.4 Provimentos, 111
 - 2.4.1 Introdução, 111
 - 2.4.2 Provimento declaratório, 112
 - 2.4.2.1 Art. 466-A do CPC, 113
 - 2.4.2.2 Art. 466-B do CPC, 115
 - 2.4.2.3 Art. 466-C do CPC, 116
 - 2.4.3 Provimento condenatório, 116
 - 2.4.3.1 Sentenças nas obrigações de fazer ou não fazer, 117
 - 2.4.3.2 Sentença nas obrigações de entrega de coisa, 118
 - 2.4.3.3 Sentenças nas obrigações de quantia certa, 119
 - 2.5 Sentença de improcedência na hipótese do art. 285-A do CPC, 120
 - 2.6 Honorários advocatícios, 122
- 3 Coisa julgada na ação civil pública, 122
 - 3.1 Considerações gerais, 122
 - 3.2 Particularidades, 125
 - 3.2.1 Efeitos subjetivos, 125
 - 3.2.2 Efeitos espaciais, 128
- 4 Verbas punitivas, 129
 - 4.1 Considerações gerais, 129
 - 4.2 Estrutura e função, 130
- 5 Recursos contra a sentença proferida na ação civil pública, 132
 - 5.1 Considerações gerais, 132
 - 5.2 Efeitos dos recursos na ação civil pública, 133
 - 5.3 Repercussão geral e multiplicidade de recursos, 134

Kátia Sérvulo de Lima Rocha, 141**6 Liquidação de sentença coletiva, 143**

- 1 Considerações iniciais, 143
- 2 Liquidação de sentença, 146
- 3 Modalidades de liquidação, 147
- 4 Liquidação provisória, 149
- 5 Liquidação de sentença – direitos difusos e coletivos, 150
- 6 Liquidação de compromisso de ajustamento – TAC, 153
- 7 Liquidação de sentença – direitos individuais homogêneos, 154
- 8 Liquidação de sentença – reparação fluida ou *fluid recovery*, 159
- 9 Litispêndência entre liquidações, 161

7 Cumprimento e execução coletiva, 163

- 1 Considerações iniciais, 163
- 2 Cumprimento de sentença, 164
 - 2.1 Cumprimento de sentença nas ações coletivas, 166
- 3 Execução, 167
 - 3.1 Legitimidade, 167
 - 3.2 Requisitos e pressupostos da execução, 169
 - 3.3 Títulos executivos extrajudiciais, 170
 - 3.4 Da competência para o processamento das execuções, 171
 - 3.5 Prazo para propositura, 172
 - 3.6 Princípios do processo de execução, 173
 - 3.6.1 Princípio da máxima utilidade da execução, 174
 - 3.6.2 Princípio do menor sacrifício do executado (menor onerosidade), 174
 - 3.6.3 Princípio do contraditório e da ampla defesa, 175
 - 3.6.4 Princípio da realidade da execução, 176
 - 3.6.5 Princípio da disponibilidade da execução, 176
 - 3.7 Das espécies de execução, 177
 - 3.7.1 Execução por quantia certa, 179
 - 3.7.2 Execução para entrega de coisa, 182
 - 3.7.3 Execução das obrigações de fazer e não fazer, 184

3.8 Execução coletiva, 186

3.8.1 Execução coletiva – direitos difusos, 186

3.8.2 Execução coletiva – direitos coletivos, 187

3.8.3 Execução coletiva – direitos individuais homogêneos, 188

Bibliografia, 191